

Patuá, Hespanhol e Guarany: da Fronteira da Língua ao Limiar do Discurso

Patuá, Hespanhol and Guarany: From the Language Border to the Threshold of Discourse

Marilene Aparecida Lemos*
Matheus França Ragievicz**

RESUMO

No presente trabalho, buscamos compreender a produção do imaginário de língua em condições de produção de fronteira. Ancorando nossa reflexão na Análise de Discurso (AD), de linha francesa, materialista e pecheuxtiana, analisamos descrições de um viajante que esteve presente na região de Foz do Iguaçu, em 1903. Importou-nos compreender o modo como a *língua de fronteira* é imaginariamente instituída no discurso do viajante. A relação entre espaço, sujeito e discurso foi determinante no funcionamento de tal imaginário, já que se constitui na medida em que se inscreve nas relações de poder dos Aparelhos de Estados (AEs).

Palavras-chave: Fronteira. Discurso. Imaginário de Língua. Produção de fronteira.

ABSTRACT

This paper intends to evaluate the production of the imaginary of language in frontier production conditions. Based on the materialist and pecheuxtian French branch of Discourse Analysis (AD), it analyzes a traveler's descriptions who has been to the region of Foz do Iguaçu in 1903. The paper intends to understand how the language of the border is imaginatively instituted in the traveler's discourse. The relationship between space, subject and discourse is decisive to the constitution of this language imaginary, since it is constituted to the extent that it is part of the power relationship that characterizes the State Apparatuses.

Keywords: Border. Discourse. Imaginary of Language. Frontier production.

Recebido em 29 de novembro de 2019.

Aceito em 10 de março de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.354

*Universidade Federal da Fronteira Sul, marilene.lemos@uffs.edu.br, orcid.org/0000-0001-8390-9823

**Universidade Federal do Paraná, matheus.ragievicz@uffs.edu.br, orcid.org/0000-0002-1417-455X

1. Por uma fronteira sem limite...

A discursividade que atravessa a fronteira é objeto de inúmeras disciplinas: do humanismo jurídico-político, da geografia territorial, da administração do direito e, inclusive, de teorias linguísticas que *fazem* o saber linguístico circular no imaginário social. A discursividade da fronteira, atrelada a diferentes instâncias, se esparze em microssistemas que, ao buscarem mantê-la regulada, normatizada, disciplinada, acabam reduzindo-a ao efeito ensurdecador da *homogeneidade*. É do funcionamento da homogeneidade, que recobre a discursividade da *fronteira da língua*, que tomamos como objeto de análise duas sequências discursivas recortadas do livro *Pela fronteira* (1903), cuja autoria é de Domingos Nascimento¹. Os recortes tematizam a relação da superestrutura com a injunção político-jurídica que perfaz o processo de constituição da *fronteira* de Foz do Iguaçu.

Assim, inscritos na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, materialista e pecheuxtiana, refletimos como o imaginário de língua é produzido no processo de constituição da fronteira, sublinhando, sobretudo, a produção do efeito de homogeneidade da formação do imaginário linguístico sobre línguas em contato.

2. Restituindo os fios do discurso: as condições de produção do relato *Pela Fronteira*

A obra *Pela fronteira*, escrita em 1903, trata das descrições de uma expedição militar realizada por Domingos Nascimento e sua comitiva. Iniciava-se em Curitiba e alcançava as cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, via estrada de ferro, de onde partiam rumo ao Oeste, passando por algumas picadas construídas por extratores de erva-mate, cujo objetivo era averiguar a situação da colônia militar estabelecida em Foz do Iguaçu. Conforme o próprio Nascimento (ibid.), foram 103 dias “de longa e penosa viagem através de sertões”. Segundo ele, esse livro, que foi produzido em 25 dias, “não pode ser nem um livro de arte, nem um complexo de conhecimentos úteis sobre a zona da fronteira. É antes um roteiro” (ibid., p. III). Cabe acrescentar que essa obra resulta de uma série de anotações do viajante durante seu trajeto. Ele a apresentou em um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, durante a Exposição Paranaense de 1903, e recebeu o prêmio de melhor trabalho monográfico (LORENZETTI, 2010, p. 46).

1 O presente trabalho se insere na tese de doutorado intitulada “Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens” defendida em agosto/2019, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

De acordo com Myskiw (2011, p. 50), Domingos Nascimento “não era apenas mais um militar, jornalista e literato na capital paranaense”. Para além disso, ele “tinha prestígio e fama entre seus pares pelos livros que havia escrito e, em grande parte, por ser considerado um jornalista polêmico e independente”. Para esse historiador, na obra *Pela fronteira*, Domingos Nascimento “procurou fazer uma espécie de radiografia do Paraná, de suas riquezas e mazelas”, priorizando as extensas e detalhadas descrições sobre “os lados de oeste de nossa terra” (ibid., p. 51).

Ademais, Myskiw (ibid., p. 54) faz menção aos “cenários contraditórios” que se revelam àqueles que tiveram acesso ao livro de Domingos Nascimento e a sua leitura atenta e minuciosa. Em suas palavras:

[...] as paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d’águas, descritas com intuito de destacar a “grandiosidade das nossas riquezas”, [...] contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios.

Para melhor situar a obra *Pela fronteira*, em uma conjuntura sócio-histórica e política, vejamos em que se constitui o “Paraíso do Assombro”, tal como Domingos Nascimento define a fronteira, a partir das ponderações de Myskiw (ibid., p. 55):

[...] as precárias vias de comunicação com o restante do Paraná e do Brasil dificultavam a migração de pessoas rumo à fronteira, aberta oficialmente com a instalação das Colônias Militares. Por outro lado, isolava os brasileiros que haviam migrado sertão adentro e os punha em contato direto com o estrangeiro que marcava presença e estava a explorar erva-mate e a madeira, transportadas em barcos-vapores rio Paraná abaixo e por cargueiros com tração animal via estradas aos portos e cidades argentinas.

Ainda com respeito à obra *Pela fronteira*, a partir das pesquisas de Myskiw (ibid.),

Domingos Nascimento alude que o progresso dar-se-ia com a ocupação das terras na fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura. Entendia que os “capitalistas estrangeiros” constituíam-se num entrave ao desenvolvimento e o progresso do Paraná e da fronteira Oeste do Paraná.

A ideia de progresso reinante nesse contexto contribuía para reforçar o entendimento de que “as populações autóctones ou do ‘sertão’, por serem consideradas inferiores, estavam fadadas ao desaparecimento” (RADIN, 2016, p. 148), devido ao avanço da colonização. Desse modo, “a expropriação ou a redução das áreas de terras daqueles grupos foi vista com certa naturalidade ou normalidade” (ibid.). Nas palavras de Radin:

[...] vários intelectuais e governantes difundiam e defendiam o “branqueamento” da população, pois se sentiam incomodados pela marcante presença de povos indígenas, caboclos e pela grande quantidade de negros na base da sociedade brasileira. Em geral havia pessimismo em relação à ideia de que a partir desses povos se criasse a base para uma nação civilizada e desenvolvida (ibid.).

Nesse entendimento, a ideia de progresso do Brasil também estava relacionada à necessidade de repensar a base social e cultural brasileira.

3. Patuá, hespanhol e guarany: a homogeneidade no imaginário de língua

Pêcheux (1990, p. 31) ao discutir a evidência como matéria que sustenta espaços discursivos, afirma que:

[...] todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços [logicamente estabilizados] reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços)

Partindo das afirmações de Pêcheux podemos, de antemão, destacar que o discurso sobre a língua se faz num imaginário institucionalizado pelo saber da língua, isto é, sob as condições de produção da *gramaticalização* (AUROUX, 1992). O sujeito que enuncia toma o discurso sobre a língua como já possuído por características naturalizadas e, fazendo do saber institucionalizado *força* do seu dizer, reverbera o imaginário de língua. Dessa forma, o relato do viajante, na SD1, atrela à *língua de fronteira* um espaço discursivo logicamente estabilizado:

SD1 - Façamos agora ligeiro parenthesis e familiarizemo-nos com o pessoal da colonia. A nossa entrada pela bella avenida, uma avenida natural rasgada na floresta, veiu ao nosso encontro o director interino tenente Antonio Rodrigues Portugal, meu velho camarada desde os tempos academicos e intimo amigo. Vinham em sua companhia os alferes Plinio de Almeida, commandante do destacamento federal e Moura do destacamento de policia. Pouco depois compareceram os nossos conterraneos Jorge Schimmelpfeng e Walfrido de Abreu, este ajudante e aquelle chefe da agencia fiscal do Paraná. *Depois de alguns dias de sacrificio em pleno sertão, ouvindo a toda hora o patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras*, observando costumes e physionomias extranhos aos nossos, ouvir de repente a nossa lingua falada por patricios intelligentes e instruidos, os contemplar com os nossos habitos e o nosso vestir, - não mais o chiripá, o cinto e o gorro vermelho – foi para nós um momento de calorosas expansões de alegria, alem de que abraçavamos velhos amigos de muitos annos, que mais de um anno se haviam abalado para o interior, no cumprimento dos deveres de seus encargos (NASCIMENTO, 1903, p. 117, grifos nossos).

O relato advoga em sua descrição a constituição de uma paisagem que, composta na superestrutura (ALTHUSSER, 1999), assegura o funcionamento do Estado e do Direito num espaço rural, isto é, institui em “pleno sertão” a ordem do jurídico na povoação e a redenção do espaço às tecnologias dos AEs (Aparelhos de Estado). Num primeiro momento, destacamos a força dos lugares institucionalizados no espaço. São esses lugares que, também, asseveram o imaginário de língua presente no relato.

A familiarização com a colônia, descrita pelo viajante, destaca a incidência do espaço natural em contraste com a figura do colonizador. A colônia, palavra que retoma pela memória discursiva a colonização (e, também, a *neocolonização*) da América, produz o efeito da divisão. Isso porque colônia se estabelece como lugar que é *invadido, gerido e administrado* por uma ordem com poder jurídico-militar. As figuras que aparecem adiante no relato, consideradas autoridades do espaço (“director interino”, “tenente”, “commandante do destacamento federal”, “commandante do destacamento de policia”, “ajudante e chefe da agencia fiscal do Paraná”) tornam o território, *colônia* do Estado, em todas as instâncias: federal, estadual e municipal. O que há de aterrador na *fronteira* que invoca a presença maciça de toda estrutura do Estado?

Retomando a divisão natural/colônia, não se trata mais da injunção dos sujeitos e do espaço à ordem feudal (ideológico-religiosa), predominante na constituição dos Estados colonizados americanos, mas da instituição jurídica que faz valer a força da superestrutura contemporânea. Nessa direção, os elementos presentes no relato vão se reencontrando. É mister a relação entre avenida (espaço urbano) e floresta (espaço rural) apresentada pelo viajante. No enunciado “uma avenida natural rasgada na floresta” metaforiza o encontro do colonizador (desbravador) com o desbravado (natureza – que adiante no relato também desliza para cultura). Essa relação se faz possível pela incidência da palavra avenida, conceito da geografia administrativo-espacial, que pertence à ordem do saber urbano (ORLANDI, 2004). A avenida funciona em oposição à floresta, desdobrando no fio do relato a passagem do natural (sem governo) para a administração (governável). Passando pela “avenida natural”, “rasgada”, o Estado desfila com seus anfitriões: militares, gerais, fiscais, policiais. Nesse sentido, passa-se ao apagamento da formação social indígena, inicialmente presente no território, evidenciando a luta de classes como o motor que ao impor, de um lado, a ideologia dominante (do Estado), não deixa espaço para o natural (evidência de um processo histórico anterior, indígena). Rasga-se, à força, a floresta para a prevalência do Estado e da ideologia dominante.

Levando-se em conta o papel dos militares na defesa do território, observamos que a sequência discursiva acima registra um encontro “amistoso” entre a comitiva do Estado que participava da expedição e os militares e demais representantes do Estado brasileiro na região. Ou seja, não há um conflito evidente entre as diferentes forças jurídicas do Estado, confluindo para a “amistosidade” de *gerenciamento* da fronteira. Além de se fazer alusões aos “heróis”

militares, o sujeito de discurso enuncia na direção de reafirmar, no contexto fronteiriço, a superioridade de uma língua e de uma cultura. Na passagem “*Depois de alguns dias de sacrifício em pleno sertão, ouvindo a toda hora o patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras*” a distinção entre colônia (Estado) e sertão (instância da presença do Outro) passa desenhar o pré-construído que reveste o imaginário daquela *língua de fronteira*. Antes de avançarmos na questão, chamamos atenção à relação do sertão com o *patuá castelhano*. O relato demarca o sacrifício de passar um período temporal no sertão, porém, que sentidos se produzem sob as condições do sertão? Em um primeiro momento, a questão geográfica poderia responder à questão, evocando as condições climáticas como arredias aos homens de Estado, pela temperatura, pelo ambiente e pela natureza. No entanto, os elementos presentes na sequência não deixam de se relacionar também ao sacrifício de estar em “pleno sertão”; o sacrifício narrado se relaciona com outro elemento também pertencente ao espaço de fronteira. Trata-se da presença da discursividade do Outro. Um dos efeitos de sentidos de sertão, partindo do relato, é também de espaço árido por abrigar o que *não* é brasileiro. Nessa direção, a associação do que é natural (floresta, sertão) também passa contemplar o Outro e sua cultura, o *estrangeiro*, o não brasileiro. O incômodo no relato delata essa relação, posto que o viajante “ouve” o “patuá castelhano” em terras brasileiras, isto é, em terras do Estado, que não podem ser tomadas por uma discursividade outra, uma vez que é um espaço administrativamente delimitado e possui uma língua oficial, a língua portuguesa.

Nesse momento do relato é possível apreender o funcionamento do imaginário de língua na homogeneização da discursividade da fronteira. Conforme Agustini (2003, p. 102), “[...] a ‘autoridade’ da gramática ensina a ‘alguém’ mesmo que este não pergunte ou não queira. Trata-se de uma imposição; da instituição de um imaginário de língua correta que funciona no social independente de seu conhecimento ou não”. Ouvir o misto de “hespanhol” e “guarany” provoca a repulsa ao sujeito viajante, que rechaça o “patuá castelhano” como língua e, mais do que isso, como produção possível em território brasileiro. Mais adiante, no relato, o funcionamento do imaginário de língua citado por Agustini passa a ser visualizado de forma contundente: “ouvir de repente a nossa língua falada por patricios inteligentes e instruídos”. Língua é associada ao conhecimento, à distinção dos sujeitos que, no corpo social à época do relato, possuíam *alguma* escolarização, dado que à esmagadora maioria da população não lhe era permitido o direito à educação. Esse era um direito reservado à elite econômica e político-militar da época. Portanto, bordando no imaginário uma língua falada por “patricios inteligentes e instruídos”, encontramos o funcionamento da homogeneidade linguística, assegurada pela completude, pela ausência e recusa de misturas (à diferença do patuá castelhano), marcando uma divisão relacionada à “mistura” (de sujeitos e de línguas) e ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”.

É preciso destacar que, por um lado, a institucionalização dos AEs na fronteira também é um processo de institucionalização da língua realizado pela força da ordem jurídico-militar, uma vez que são os sujeitos que *instituem* o Estado e que possuem legitimidade para mandar e, também, falar. Por outro lado, homogeneizando a língua (que também é tomada como institucionalização do Estado), há o apagamento da diferença, da heterogeneidade e do Outro. O patuá castelhano, língua predominantemente oral, é segregada no imaginário linguístico da homogeneidade como manifestação estranha, que não compete às terras brasileiras. O estranho é significado, nessa direção, como o marginal, que está na borda do aceitável. Da língua à cultura, a própria figura dos fronteiriços é posta em relevo: “observando costumes e *physionomias* estranhos aos nossos”. A descrição do estranho se dá na diferença entre os costumes e fisiologia dos brasileiros (possivelmente brancos de descendência europeia) e os habitantes da fronteira (sujeitos miscigenados na língua e na fisiologia pela cultura indígena). O relato, então, recorre ao etnocentrismo para produzir sentidos sobre a fronteira. Ainda que haja encontro (patuá castelhano), o funcionamento dos AEs faz que haja a delimitação entre nós (Estado) e eles (marginais). Nessa direção, podemos também observar o funcionamento de “familiar”.

O processo discursivo posto em movimento pelo pronome possessivo na primeira pessoa do plural “nós” abarca o grupo de sujeitos do Estado e faz com que a divisão familiar/estranho se estabeleça num universo logicamente estabilizado. Frisamos que “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Na contraposição com a qualificação do sujeito local como “estranho”, “familiar” é significado, retomando o relato e considerando os seguintes enunciados: “façamos agora ligeiro parenthesis e *familiarizemo-nos* com o pessoal da colônia”; “*meu velho camarada* desde os tempos academicos e *intimo amigo*”; “os *nossos conterraneos*”; “abraçavamos *velhos amigos* de muitos anos”. Nesses enunciados podemos observar, em outra perspectiva, a inserção com regularidade de termos relativos à qualificação de familiaridade atribuída aos patrícios, ou seja, o sujeito patrício é qualificado como “familiar”, de maneira que se produz uma relação entre sujeito local (estranho/*estrangeiro*) versus sujeito patrício (*familiar*), e ainda: “patrícios inteligentes e instruídos” (nós) versus “estranhos/*estrangeiros*” (eles).

Entre “familiar” e “estranho”, poderíamos considerar a língua e o imaginário que é constituído a respeito dela no relato. Para tanto, a noção de “língua familiar” elaborada por Payer (2006), permite refletir sobre a língua materna para além da dicotomia eu/ele instaurada no discurso etnocêntrico. A autora reinscreve o conceito de língua materna tomando como norte a memória da língua.

Enquanto uma materialidade linguística distinta do português padrão, o “familiar”, [...] vai se apresentar como algo mais complexo do que um registro ou forma “tensa” ou “distensa” pela qual o sujeito se coloca na/pela linguagem: o familiar constitui-se como um lugar possível de alojamento da memória da língua que foi apagada na instância pública (memória social) (PAYER, 2006, p. 128).

Diante de tais elaborações teóricas, afirmamos que a familiaridade também é atribuída à língua falada pelos patricios, tendo como exemplo um enunciado observado na mesma SD1: “*a nossa língua* falada por patricios inteligentes e instruídos”, na contraposição com a língua falada pelos sujeitos locais: “patuá castelhano, misto de espanhol e guarany”, quando se estabelece a relação: língua local (estranha/*estrangeira*) versus língua *familiar*.

Nessa *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011), a cada espaço corresponde uma língua e um sujeito, quando temos “colônia” versus “sertão”, em outras palavras, os efeitos de sentido de “colônia” são apresentados em oposição direta ao “patuá” e “aos costumes e fisionomias estranhas” que caracterizariam o “sertão”: “Depois de alguns dias de sacrifício em pleno *sertão*, ouvindo a toda hora o *patuá castelhano* [...], observando costumes e *physionomias extranhos aos nossos*”. E isso vai indicar a “necessidade” de que “sejam civilizados” pelo Estado, pela instauração de uma ordem jurídico-política, isto é, a constituição da instância do urbano na *floresta*. Portanto, podemos interpretar que a defesa do território brasileiro funciona como sinônimo da defesa do Estado nacional, frente à cultura local: sua língua, seus costumes, fisionomias e seus trajes típicos; ou melhor, frente à língua e à cultura do habitante local, e não daqueles que foram aí enviados “no cumprimento dos deveres de seus encargos”.

Façamos um aparte para expor, de forma breve, reflexões sobre a “língua de mistura”. Temos em vista os trabalhos de Sturza (2006, 2010) sobre o tema *línguas de fronteira* indicando que:

[...] a prática linguística misturada [...] é uma prática usada pelos sujeitos fronteiriços ao se comunicarem entre si, em decorrência dos seus modos de vida, de necessidades que são próprias da vida na fronteira [...]. É assim que *falar apaisanado*, (ALVAREZ, 2009) tal como diz um falante fronteiriço no lado brasileiro da fronteira, ao referir-se ao modo de entrar em contato com vizinho uruguaio, é um estado de ‘estar nessas fronteiras’, é de ‘estar entre-línguas’ (STURZA, 2010, p. 345, grifos da autora).

Ademais, Camblong (2009, p. 126) abordando sobre a temática *fronteiras políticas*, a partir da região de Misiones (Argentina), trata do paradoxo que é habitar a fronteira. Segundo ela, se o dilema clássico interroga e oscila entre “ser ou não ser”, suas questões se detêm na disjunção “estar ou não estar”. Para entendermos essa disjunção “estar ou não estar”, a autora expõe:

Los expulsados históricos están y no-están en nuestra memoria, en nuestro cotidiano y en nuestros rasgos idiosincrásicos. Están y no están en nuestra manera de concebir la zona, de apropiarnos de los trayectos y movernos en un espacio vecinal compartido con extensiones de equívocos confines (CAMBLONG, 2009, p. 128-129).

Outro aspecto que a autora aponta nessa disjunção é a cartografia da região que inclui a mobilidade contínua dos sujeitos e das línguas.

Tanto estamos y no estamos con el vecino que habla guarani *yopará* – variante paraguaya –, cuanto estamos y no estamos con el vecino brasileiro que habla português –estándar del Brasil– o portuñol –dialecto de la frontera–, y nos entendemos y ejercemos bilingüismos varios, entremezclados a mansalva, estamos y no estamos hablando esta o aquella lengua (ibid., p. 129, grifo da autora).

Ainda que a “mistura” caracterize o espaço de fronteira, temos no relato um processo discursivo que reafirma a unidade, superioridade e homogeneidade de uma cultura. Produz-se no discurso um não pertencimento dos sujeitos locais a essa cultura e sua qualificação como estrangeiros, que na base linguística aparece no emprego dos pronomes possessivos *nosso(a)/nossos*, como apontamos anteriormente: *nossa* língua, *nossos* hábitos e *nosso* vestir. Quer dizer, os sujeitos locais são significados enquanto ausentes dessa língua, desses hábitos, desse vestir; ou seja, são significados enquanto aqueles que não tem uma inscrição, nem entrada possível nessa cultura. Como aponta Pêcheux (2010, p. 57): “na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua [...] a questão do sentido surge do interior da sintaxe”. Sob esse ângulo, vemos como o relato, tomado como um *discurso sobre*, vai produzindo processos de significação, e quanto essas formulações são relevantes para compreendermos como ele vai significando a língua, os sujeitos e o espaço.

Nessa esteira, trazemos uma sequência discursiva sobre os sujeitos locais e sua língua, retirada do mesmo relato, *Pela fronteira*:

SD2 - *O hospitaleiro paranaense, na sua linguagem rustica mas muito pittoresca*, só se considera feliz quando á sua porta bate um viajante, afim de ter ensejo de dar-lhe franca e comoda hospitalidade e poder ter com elle uma noite de palestra (NASCIMENTO, 1903, p. 80, grifos nossos).

É importante complementar que Rodríguez-Alcalá (2018, p. 10-11) ao refletir sobre cultura e civilização, aborda as palavras latinas *urbānus* e *rūsticus*:

[...] os sentidos de *urbānus*, que qualifica ‘o que é da cidade’ e, ‘metaforicamente’, o que é ‘polido, fino, espiritual’, por oposição a *rūsticus* (de *rūs*, *rūris*, campo), no sentido de ‘rude, grosseiro’ (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2018, p. 10-11 apud ERNAUT e MEILLET, 2001 [1932]; REY, 2000, grifos da autora).

Observamos que na sequência discursiva acima, o enunciado “[...] sua linguagem rustica mas muito pittoresca” atualiza esse imaginário urbano, embora conceda algum lugar a essa linguagem, seja pela oposição “rustica mas muito pittoresca”, seja pela própria qualificação “pittoresca”.

Voltando à discussão anterior, poderíamos dizer que se produz o efeito de evidência e de transparência da língua falada por “patricios inteligentes e instruídos” (SD1), e tais sentidos vão se ancorando no discurso de defesa do Estado nacional. A afirmação da inferioridade e exterioridade (exclusão) dos sujeitos locais (sua fisionomia) e de sua língua (misturada) significa também, numa posição-sujeito identificada ao discurso do Estado, fazer com que esses sujeitos permaneçam subordinados, ao serem considerados inferiores (rústicos), restando-lhes somente exercer a “hospitalidade”. Devemos acrescentar que

[...] é pelo estabelecimento dos AIE [Aparelhos Ideológicos de Estado], onde essa ideologia (a ideologia da classe dominante) é realizada e se realiza, que ela se torna dominante (PÊCHEUX, 2014, p. 4).

De outra forma, observando mais atentamente as sequências discursivas apresentadas, temos o modo como as línguas locais são mencionadas: “patuá castelhano” e “misto de hespanhol e guarany” na SD1 e “linguagem rustica” na SD2. Isso posto, não podemos deixar de notar sua representação no imaginário de língua que é produzido no espaço de fronteira. Imaginário que é posto a serviço do Estado, na demarcação da fronteira linguística, cultural e social entre os sujeitos da *fronteira* e os homens do Estado.

Como pudemos constatar, de acordo com o relato, o Estado apaga a diversidade linguístico-cultural das sociedades sobre as quais vai legitimando seu poder, mas mesmo assim, essa diversidade resiste - um “ponto onde um ritual ideológico vem se quebrar no lapso” (PÊCHEUX, 2014, p. 15). E sobre isso Pêcheux ressalta: “tomar até o final a interpelação ideológica como um ritual, supõe reconhecer que não é um ritual sem falha, falta e rachadura” (ibid.). Como salientam Baldini e Zoppi-Fontana (2014, p. 7), retomando Pêcheux, “a ideologia dominante não é jamais dominante sem contradição [...]” e “estas múltiplas falhas são, de fato, o espaço para a constituição das ideologias dominadas”. Para Pêcheux, “só é possível compreender o funcionamento ideológico em termos de contradição” (ibid.). No caso específico da produção do espaço e dos sujeitos da fronteira Brasil/Argentina, as formas de resistência comparecem nos sentidos moventes, sujeitos que circulam entre territórios nacionais, culturas e línguas. Nesse sentido, o “patuá castelhano”; “misto de hespanhol e guarany” (SD1) e “linguagem rustica” (SD2) não só significam o espaço, mas também os sujeitos locais e sua língua, na tensão entre unidade e diversidade do Estado tal como mobilizada especificamente na fronteira.

Ainda nessa abordagem, e considerando o imaginário linguístico como unidade homogênea da língua e, por consequência, do sujeito que enuncia, notamos, ao analisarmos o enunciado “ouvir de repente a nossa língua falada por patricios inteligentes e instruídos” (SD1), que os sentidos que se constituem para a língua portuguesa remetem não apenas à língua estudada no espaço formal da escola, mas também no gesto de construção de uma unidade e homogeneidade de língua se produzem sentidos para o português como uma língua civilizada e racional, por oposição à “mistura” de espanhol e guarani (irracional, estranha). Nessa perspectiva, os sentidos que se constroem para os sujeitos não apenas vão na direção da “instrução”, da educação formal, mas de uma “cognição admirável”.

E por esse efeito imaginário de língua naturalizada no discurso, funcionam também efeitos de sentidos distintos, tal como se revelam em: “patuá castelhano”, “misto de hespanhol e guarany” (SD1) e “língua rustica” do paranaense (SD2). Para pensarmos essas relações, fazemos alusão às discussões feitas por Rodríguez-Alcalá (2000, p. 45-46) sobre os sentidos de *primitivismo/irracionalismo* atribuídos ao guarani frente à *evolução* do espanhol nos discursos nacionalistas sobre as línguas no Paraguai. Tais discursos, mostra a autora, apresentam-se como uma crítica ao discurso colonialista e à visão evolucionista que o sustenta, mas acabam reproduzindo-o de diferentes maneiras na apologia que se faz do guarani. Nesse sentido, a autora destaca a principal característica atribuída ao guarani apontada por todos seus apologistas:

[...] a de ser um *veículo singularmente apropriado para a expressão dos afetos*, que leva à mais difundida definição do guarani como a *língua do coração*, em contraposição com o espanhol, a *língua da razão* (ibid., p. 45, grifos da autora).

Em conformidade com a perspectiva evolucionista e racionalista que caracteriza o discurso colonialista (ibid., p. 45-46), essa definição “não faz senão reafirmar claramente o *primitivismo – irracionalismo –* do guarani frente à *evolução* de uma língua europeia – *racional –* como o espanhol” (grifos da autora). Rodríguez-Alcalá (ibid., p. 46) associa essa primeira característica às afirmações de que o guarani seria, também, “uma *expressão mais próxima da natureza*, sendo, por isso, uma língua *extraordinariamente bela, expressiva, doce, poética*, etc.” (grifos da autora). Pontua, ainda, que a expressividade que aparece em afirmações nesse sentido também remete ao *primitivismo* do guarani:

[...] o guarani conservaria as *boas características* de uma língua em *estado natural – i.e. primitivo –*, que não teria ainda *se separado da natureza – não teria evoluído –*, podendo, por isso, *exprimi-la mais fielmente* (ibid., grifos da autora).

Diante do exposto, em relação ao guarani no Paraguai, flagramos na textualidade das SD1 e SD2 que as menções às línguas locais (o patuá, a mistura) aparecem associadas

ao *primitivismo*, face à *evolução* do português. À vista disso, as análises indicam que esses dizeres se sustentam no já-dito do interdiscurso, a saber, na oposição entre o *primitivo* e o *evoluído*, remetida ao *civilizado*, à cidade, por oposição ao rústico, *agreste*, *floresta* (de *rūs*, *rūris*, campo)².

4. No limite do dizível: a língua e a fronteira

No nó que constituiu ao mesmo passo sujeitos, sentidos e espaço, o texto nos permitiu compreender como o imaginário de língua é produzido em condições de encontro de línguas. Longe de representar apenas uma questão concernente ao sistema linguístico, o imaginário de língua se *rasga* em meio à ordem jurídico-militar do Estado em processo de *colonização* do espaço. Esse é o processo de espacialização da fronteira Brasil/Argentina, fundado profundamente na contradição. Tal processo contraditório é apreendido na análise, sobretudo, no desenho de discursos aparentemente antagônicos: língua/cultura, sujeito local (estranho/*estrangeiro*) *versus* sujeito patricio (*familiar*), sendo este relacionado ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”, língua local (estranha/*estrangeira*) *versus* língua *familiar*, esta, por sua vez, relacionada ao imaginário do português como uma língua homogênea, civilizada, racional contra a ideia de “mistura” de português e guarani. A contradição arrematada no relato, para além de constituir uma relação antagônica entre ideologia dominante (Estado) e ideologias dominadas, nos demonstra que para *haver* dominação do Estado, é preciso da subordinação do território, do outro; este outro, estranho, paradoxalmente, encontra formas de *(re)existir* à margem do discurso do Estado. É numa relação de confronto entre duas forças que permite a ambas existirem, daí advém sua co-dependência.

No que tange ao espaço, pudemos estabelecer a relação “colônia” *versus* “sertão”, em que os efeitos de sentido de “colônia” são apresentados em oposição direta ao “patuá” e “aos costumes e fisionomias estranhas” que caracterizariam o “sertão”; cujas análises, inclusive, nos levaram a refletir sobre a oposição entre o *primitivo* e o *evoluído*, remetida ao *civilizado*, à cidade, por oposição ao rústico (de *rūs*, *rūris*, campo).

Por fim, a partir das sequências discursivas analisadas, concluímos que o sujeito de discurso enuncia na direção de reafirmar, no contexto fronteiriço, a unidade, superioridade e homogeneidade de uma língua e de uma cultura, o que produz no discurso sentidos de um não pertencimento dos sujeitos locais a essa língua e a essa cultura e sua qualificação como

2 Como aponta Mignolo (2015, p. 213) “además de la letra, el intelectual se define por el *intelecto*, y como los indígenas, según los diseños globales triunfantes, no tenían letras, por lo tanto, su intelecto debía *desarrollarse* mediante la civilización” (grifos do autor).

estrangeiros. E pelo efeito de evidência e de transparência da língua falada por “patricios inteligentes e instruídos” (SD1), tais sentidos vão se ancorando no discurso militar, de defesa do Estado nacional, cujos sentidos fundam a demarcação de uma fronteira linguística e cultural entre os sujeitos locais e o Estado.

Referências

- AGUSTINI, C. L. H. **A enunciação do transbordamento das regras**: a estilística no discurso da gramática. 2003. 204 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- BALDINI, L. J. S.; ZOPPI FONTANA, M. G. A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, Iss. 4, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/22>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- CAMBLONG, A. M. Habitar la frontera. In: VELÁZQUEZ, T. (Org.). **Fronteras - deSignis** 13. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 125-133.
- LORENZETTI, F. L. O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Irati, v.1, nº1, p. 45-59, jan./jul. 2010.
- MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: UFF, 2011.
- NASCIMENTO, D. **Pela fronteira**. Curitiba: Typografia da República, 1903.
- ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- PAYER, M. O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990 [1982].
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. et al. (Orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.
- _____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, Iss. 4, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- RADIN, J. C. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 146-166.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. **Língua, nação e nacionalismo**. Um estudo sobre o guarani no Paraguai. 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A. et al. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011. p. 243-258.

_____. Nota sobre a noção de *cultura* e sua relação com a de *civilização*: o ocidente como observatório das formas de vida social. Campinas, 2018, mimeo.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas**. Uma história das ideias linguísticas. 2006. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. No tempo e no espaço: Mapeando as línguas de fronteira. In: Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL, 1, 2010, Foz do Iguaçu. **Anais do I CIPLOM**, Foz do Iguaçu: Unioeste, n° 1, p. 340-346, 2010.

VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, p. 146-166, 2016.